

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DEMONTAGEM DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS PARA EVENTOS.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

1.1. Especificações e quantidade

1.1.1. A presente licitação tem por objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DEMONTAGEM DE ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS PARA EVENTOS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Detalhamento Técnico
1	Estrutura metálica para cobertura de pavilhão	m2	5.000	Tendas centrais 25x10m e laterais 15x10m; altura mínima 8m; lona térmica branca, antichama, anti-UV, não translúcida; treliças metálicas; sistema de drenagem interno; ART e laudos exigidos pelo Corpo de Bombeiros.
2	Tendas Pirâmide 3x3 metros modelo chapéu de bruxa estrutura tubular	unidade	10	Tenda Pirâmide 3x3 metros, modelo “chapéu de bruxa”, estrutura tubular
3	Tendas Pirâmide 5x5 metros modelo chapéu de bruxa estrutura tubular	unidade	25	Tendas Pirâmide 5x5 metros modelo chapéu de bruxa estrutura tubular
4	Tendas Pirâmide 8x8 metros modelo chapéu de bruxa estrutura tubular	unidade	20	Tendas Pirâmide 8x8 metros modelo chapéu de bruxa estrutura tubular
2	Tendas 10x10m, altura mínima 4m; cobertura piramidal branca, térmica, antichama, anti-UV; estrutura com colunas 1x1m; calhas e travamentos metálicos de 50 mm.	unidade	90	Tendas 10x10m, altura mínima 4m; cobertura piramidal branca, térmica, antichama, anti-UV; estrutura com colunas 1x1m; calhas e travamentos metálicos de 50 mm.
3	Fechamento metálico	metro linear	2.500	Chapas metálicas ou alumínio; estrutura em metalon; cor padronizada; portões com barra antipânico (4m); conforme projeto técnico aprovado.



4	Gradil metálico	metro linear	150	Gradis metálicos ou alumínio, altura mínima 1,20m e largura de 2m; estrutura íntegra, sem ferrugem ou avarias.
5	Banheiro Químico - Cabine Simples Masculino e Feminino	Diária	400	Banheiro Químico Padrão (Comum) Cabina sanitária portátil, confeccionada em polietileno de alta densidade (PEAD), resistente, lavável e tratada contra radiação UV; Reservatório de dejetos (cerca de 220–280 L), com tampa do assento vedante e descarga (manual ou acionamento por pé); Mictório lateral, suporte para papel higiênico, teto translúcido, piso antiderrapante, ventilação através de dutos ou grelhas, e trinco indicador “livre/ocupado” Dimensões típicas: altura ~ 2,24 m, largura ~ 1,20 m, profundidade ~ 1,15 m; Ideal em obras, festas, filmagens — de uso prático, eficaz e adequado à NR 31.
6	Banheiro Químico - Para Pessoas com Deficiência Feminino e Masculino	Diária	100	Em atendimento à NBR 9050, a cabina para Pessoas com Deficiência inclui: Piso nivelado e rampa de acesso para cadeirante; Barras de apoio laterais posicionadas conforme norma (altura ~0,89 m e outros parâmetros). Assento elevado (altura ~0,43–0,46 m), porta de vão mínimo 0,80 m e abertura de 180 °; Extensão da área interna (~1,50 × 1,50 × 2,20 m), identificação PNE com símbolo internacional; Ventilação, higienizador em gel, trinco indicador e dispensers adaptados.
6	Banheiro Químico com Chuveiro	Diária	20	Cabine fechada em PEAD, com tratamento UV, altura ~ 2,30 m, e área de banho de ~1,10 × 1,20 × 2,30 m Equipamentos: Chuveiro elétrico, registro e desvios para ducha manual; Piso com ralo de escoamento e antiderrapante, tubulações internas, ventilação e teto translúcido; Porta com indicador, prateleira, e possibilidade de autossuficiência por reservatórios ou conexão hidráulica. Permite



				banho quente, adequado para eventos, obras e acampamentos.
6	Banheiro Químico - CONTAINER	Diária	20	<p>Unidade sanitária modular do tipo contêiner, construída com materiais de alta qualidade, destinada a atender eventos de grande porte, cerimônias, solenidades oficiais e demais ocasiões que requeiram elevado padrão de conforto, estética e funcionalidade.</p> <p>Características estruturais: Estrutura metálica ou em painéis termoacústicos, com isolamento térmico e acústico, acabamento externo em chapa galvanizada, alumínio composto ou pintura eletrostática; Revestimento interno em porcelanato, pastilhas, MDF naval ou painel vinílico lavável, de fácil higienização e com apelo estético refinado; Sistema hidráulico completo, com ligação à rede de água e esgoto ou, alternativamente, com reservatórios autônomos de água limpa e efluente (quando aplicável), com bombas de recalque e sistema de pressurização; Iluminação interna em LED embutida no teto, com sensores de presença ou interruptores convencionais; Sistema elétrico com quadro de distribuição individualizado, tomadas, exaustores e iluminação de emergência. Equipamentos e comodidades: Divisórias internas com cabines individuais (masculino e feminino), podendo conter: Vasos sanitários em louça com descarga convencional ou por válvula de pressão; Mictórios (no módulo masculino); Pias em granito, mármore ou material sintético, com torneiras automáticas ou monocomando;</p>



				<p>Espelhos de parede inteira, iluminação embutida sobre lavatórios, dispensers para papel toalha, sabonete líquido e álcool em gel; Ar-condicionado split ou ventilação forçada, para conforto térmico; Ambiente sonorizado, opcional; Cabideiros, porta-bolsas e lixeiras embutidas. Acessibilidade: Quando requerido, o módulo deverá incluir cabine adaptada, em conformidade com a ABNT NBR 9050, contendo: Porta com vão livre de no mínimo 0,80 m; Barras de apoio horizontais e verticais; Espaço interno para giro de 360°; Louças e acessórios posicionados a alturas acessíveis; Rampa externa de acesso com inclinação inferior a 8%. Dimensões médias do módulo: Comprimento: 6,00 m a 12,00 m Largura: 2,40 m Altura: 2,60 m</p>
--	--	--	--	--

1.2. Prazo de vigência da contratação

1.2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da data da publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, por igual período.

1.3. Natureza do objeto

1.3.1. Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar anexo.

4.2. Requisitos Gerais da Contratação

- a) A contratação abrangerá, de forma indissociável:
- b) Locação de bens móveis;
- c) Transporte, montagem, manutenção preventiva, desmontagem e retirada dos equipamentos;
- d) Fornecimento de toda documentação técnica obrigatória, como ARTs/RRTs, laudos de segurança, certificados antichama e demais exigências normativas.

4.3. Requisitos Técnicos Específicos por Categoria de Item

a) Estruturas Temporárias (Tendas e Fechamentos):

- I. **Atestado(s) de Capacidade Técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão para objeto semelhante em características, quantidade e prazos;
- II. **Registro da empresa junto ao CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com a **relação nominal dos profissionais vinculados**, acompanhada de documentação comprobatória do vínculo formal;
- III. CTPS ou ficha de empregado;
- IV. Contrato social/estatuto;
- V. Contrato individual de trabalho;
- VI. **Profissional responsável técnico** de nível superior em Engenharia, regularmente registrado e com vínculo formal comprovado com a licitante;
- VII. É **vedada** a apresentação de profissionais terceirizados ou sem vínculo jurídico regular;
- VIII. Todos os elementos de fixação, estruturas metálicas e lonas deverão apresentar **certificados de conformidade técnica**, com destaque para:
- IX. Tratamento antichama;
- X. Proteção contra raios UV;
- XI. Material opaco, térmico e não translúcido;
- XII. As estruturas deverão apresentar:
- XIII. **Altura mínima de pé-direito** variável de 2,5 m a 4 m, conforme modelo;



- XIV. Calhas, chapas metálicas e travamentos com dimensões e materiais compatíveis com a carga estrutural;
- XV. **Acabamento galvanizado ou pintura anticorrosiva;**
- XVI. Sistema de **escoamento de águas pluviais**, com conexões canalizadas;
- XVII. **Vedado o uso** de itens enferrujados, trincados, danificados ou com soldas comprometidas.

b) Gradis e Fechamentos Metálicos:

- I. Altura mínima de 1,20 metros e módulos de 2,00 metros;
- II. Livre de ferrugem, partes soltas ou estruturas danificadas;
- III. Portões com barra antipânico;
- IV. Sistema de fixação ao solo;
- V. Padrão estético uniforme e seguro;
- VI. Instalação conforme aprovação do Corpo de Bombeiros.

c) Banheiros Químicos e Contêineres Sanitários:

- I. **Banheiros Comuns:** em polietileno (PEAD), com ventilação, trinco de uso, teto translúcido e capacidade de 220 a 280 litros;
- II. **Banheiros PNE (acessíveis):** conformidade com a ABNT NBR 9050, com rampa, barras de apoio, espaço interno adequado e vão de porta de no mínimo 0,80 m;
- III. **Banheiros Contêiner:** revestimento interno em porcelanato, MDF naval ou vinil lavável, com iluminação em LED, ar-condicionado, sistema hidráulico e elétrico, louças em porcelana e cabine adaptada a PCD;
- IV. **Cabines com Chuveiro:** estrutura PEAD, com chuveiro elétrico/gás, piso antiderrapante, ventilação e prateleiras.

4.4. Requisitos Ambientais e de Regularidade Sanitária

- I. A empresa contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar:
- II. **Licença ambiental válida da CETESB**, atestando a regularidade da atividade de transporte e destinação de resíduos sanitários;
- III. **Cadastro junto ao IBAMA**, quando exigido, conforme legislação federal aplicável;
- IV. **Alvará ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB)**, especialmente para banheiros contêiner e estruturas com instalações elétricas;
- V. **Inscrição no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos**, nos termos da Lei nº 12.305/2010, com comprovação de rastreabilidade e destinação correta;
- VI. **Registro ou certificação FISPQ/FISPP**, nos casos de uso de produtos saneantes ou químicos controlados;
- VII. **Declaração formal de inexistência de passivos ambientais** e ausência de condenações administrativas ou judiciais relacionadas à atividade;
- VIII. **Apresentação e manutenção de equipe capacitada**, uniformizada, e com fornecimento de EPIs obrigatórios.

4.5. Requisitos Operacionais e Logísticos



- I. Toda a logística (transporte, montagem, alimentação, deslocamento, segurança e combustível) será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, **sem qualquer custo adicional à Administração**;
- II. Apresentação do **AVCB** para estruturas sanitárias móveis;
- III. O **faturamento** considerará apenas o período de uso efetivo, desconsiderando o tempo de montagem/desmontagem;
- IV. A execução dos serviços poderá ocorrer em período contínuo de até **24 horas corridas**, inclusive com início ou término após as 00h;
- V. A contratada deverá ser notificada com antecedência mínima de 48 horas, quanto à data, local e itens solicitados;
- VI. Qualquer item em desconformidade será imediatamente recusado, devendo ser substituído **sem ônus adicional**.

4.6. Demais requisitos citados no Estudo Técnico Preliminar.

5. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO

5.1. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo o valor referencial ser superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), terá cota para ME/EPP.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

6.1. O prazo de entrega deverá seguir o descrito no Estudo técnico Preliminar de acordo com o tipo de estrutura e evento.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

7.1. Rotinas de fiscalização Contratual

7.1.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;

7.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

7.1.3. Providenciar a troca dos produtos que foram entregues em desacordo com seus descritivos, impróprios para consumo por sua condição de transporte ou outro motivo que desfigurar sua qualidade e característica.

7.1.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).



7.1.5. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.7. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.8. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.9. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.10. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.11. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.2. São obrigações da Contratante:

7.2.1. **Planejar e programar previamente as demandas de eventos**, informando à Contratada, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a data, local, período de utilização, itens necessários e demais condições específicas para a instalação das estruturas temporárias;

7.2.2. **Disponibilizar espaço físico adequado** para a instalação dos equipamentos e estruturas, garantindo acesso livre e seguro para os veículos e equipes da contratada durante as operações de montagem, manutenção e desmontagem;

7.2.3. **Designar formalmente o(s) fiscal(is) do contrato**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a atuação de agente público habilitado e disponível para o acompanhamento da execução contratual e fiscalização das condições técnicas dos serviços;

7.2.4. **Promover o recebimento provisório e definitivo dos serviços**, mediante emissão de relatório circunstanciado do fiscal do contrato, conforme critérios definidos no edital e no contrato administrativo;

7.2.5. **Efetuar os pagamentos devidos à contratada**, no prazo e condições pactuadas contratualmente, desde que atendidos todos os requisitos legais, fiscais e técnicos, mediante apresentação da nota fiscal, documentos de regularidade e termo de recebimento atestando a boa execução dos serviços;



7.2.6. **Comunicar tempestivamente quaisquer falhas, irregularidades ou inconformidades** detectadas na execução dos serviços, exigindo as providências corretivas cabíveis e, se necessário, aplicando as sanções previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021;

7.2.7. **Zelar pelo cumprimento das normas de segurança e uso responsável das estruturas**, durante o período de sua efetiva utilização, adotando medidas preventivas que evitem danos, uso indevido ou vandalismo;

7.2.8. **Fornecer à Contratada, sempre que necessário, as autorizações específicas, plantas e informações técnicas** pertinentes ao local da instalação, que sejam indispensáveis à execução regular dos serviços;

7.2.9. **Adotar as providências administrativas e orçamentárias necessárias** à execução contratual, incluindo o empenho dos recursos, o registro da despesa, a liquidação e a devida prestação de contas, conforme os princípios da responsabilidade fiscal e do controle interno.

7.3. São obrigações da Contratada:

7.3.1. Fornecer todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução do objeto, incluindo transporte, carga, descarga, montagem, manutenção, desmontagem e retirada das estruturas, sem qualquer custo adicional à Contratante;

7.3.2. Disponibilizar equipe técnica qualificada e formalmente vinculada à empresa, composta por profissionais habilitados e com registro ativo no CREA, sob responsabilidade de engenheiro responsável técnico, conforme exigido no ETP;

7.3.3. Apresentar toda a documentação técnica e legal obrigatória, tais como:

- a) Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- b) ARTs/RRTs das estruturas montadas;
- c) Certificações de segurança, laudos antichama, certificados de proteção UV e demais comprovantes de conformidade técnica;
- d) Licenças ambientais (CETESB) e registros junto ao IBAMA, quando exigível;
- e) Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB), especialmente para banheiros contêiner e estruturas elétricas/hidráulicas.

7.3.4. Garantir a segurança e qualidade das estruturas, fornecendo equipamentos em perfeito estado de conservação, livres de ferrugem, amassados, rasgos ou defeitos que comprometam a segurança, sob pena de recusa e substituição imediata, sem ônus para a Contratante;

7.3.5. Cumprir integralmente os prazos de montagem, manutenção e desmontagem estabelecidos nas ordens de serviço, respeitando o cronograma definido pela Administração, inclusive para eventos que iniciem ou terminem após a meia-noite;

7.3.6. Providenciar seguro de responsabilidade civil, visando cobrir eventuais danos a terceiros, acidentes ou prejuízos decorrentes da montagem e uso das estruturas;

7.3.7. Manter equipe operacional uniformizada, equipada com EPIs (luvas, capacetes, cintos de segurança, etc.), garantindo a execução segura das atividades de instalação e manutenção;



7.3.8. Responsabilizar-se integralmente pelo gerenciamento ambiental dos resíduos gerados, incluindo coleta, transporte, armazenamento e destinação final ambientalmente correta, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

7.3.9. Substituir imediatamente, quando requisitado, qualquer item defeituoso, inadequado ou em desconformidade técnica, sem qualquer custo adicional.

7.3.10. Cumprir as determinações da fiscalização da Contratante, acatar ordens de serviço, recomendações técnicas e exigências de segurança, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021;

7.3.11. Apresentar documentação fiscal e trabalhista regular (certidões negativas, comprovação de quitação de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários), como condição para a liquidação dos pagamentos;

7.3.12. Responder por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante a execução do contrato, decorrentes de dolo, culpa ou omissão de seus empregados ou prepostos.

7.3.13. Não sub-contratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

7.3.14. Os equipamentos entregues deverão obedecer às normas a ele pertinente e as exigidas no edital.

7.3.15. A contratada deverá assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto:

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.8. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

8.1.9. Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos produtos.

8.1.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos produtos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou por indivíduo autorizado.

8.1.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

8.1.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

8.2. Liquidação:

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;



e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, utilizando o procedimento auxiliar **CREDENCIAMENTO**, sob a forma ELETRÔNICA.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.2. Habilitação jurídica



8.2.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.2.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



8.2.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

8.2.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.4. Qualificação Técnica

8.2.4.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica - A licitante deverá apresentar:

- I. Atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto ora licitado, ou seja, a prestação de serviços de:
- II. Locação de estruturas temporárias para eventos (tendas modulares de diversos formatos e dimensões, gradis, fechamentos metálicos e estruturas afins);
- III. Montagem e desmontagem dos referidos elementos;
- IV. Locação de banheiros químicos, inclusive modelos acessíveis, tipo contêiner e com chuveiro.

a) Os atestados deverão conter:

- I. Identificação do emitente (razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail);
- II. Indicação expressa dos serviços realizados, bem como local e período de execução;



- III. Estar devidamente **registrados no CREA**, conforme a atividade exercida, e acompanhados da **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** correspondente, quando for o caso.

8.2.4.2 Registro Profissional e Vínculo com Responsável Técnico - A licitante deverá apresentar:

- I. Comprovação de **registro da empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)** da jurisdição de sua sede;
- II. Relação nominal dos profissionais de engenharia vinculados à empresa, com **comprovação de vínculo formal**, por meio de:
- III. Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS);
- IV. Contrato individual de trabalho;
- V. Contrato social ou estatuto, no caso de sócio técnico.
- VI. A equipe técnica mínima deverá contar, **obrigatoriamente**, com **um profissional de nível superior em Engenharia**, com registro ativo e regular no CREA, formalmente vinculado à licitante, conforme exigência da **Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP)**.
- VII. É expressamente **vedada a apresentação de profissionais terceirizados, autônomos ou sem vínculo jurídico formal** com a empresa licitante.

8.2.4.3 Exigências Técnicas Específicas para Banheiros Químicos e Contêineres Sanitários - As licitantes interessadas na execução dos serviços relativos aos **banheiros químicos, PNE, contêineres sanitários e cabines com chuveiro** deverão apresentar, adicionalmente:

- I. Licença ambiental válida expedida pela **CETESB**, comprovando a regularidade da atividade de transporte e destinação final dos resíduos sanitários;
- II. Comprovação de cadastro ou autorização junto ao **IBAMA**, quando legalmente exigível;
- III. **Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB)**, válido, atestando a segurança da estrutura e sua conformidade com as normas de prevenção e combate a incêndio, especialmente nos casos de banheiros com instalações elétricas ou hidráulicas;
- IV. Inscrição regular no **Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos**, nos termos da Lei nº 12.305/2010, com comprovação de rastreabilidade, coleta e disposição final ambientalmente adequada;
- V. Registro ou certificação no sistema **FISPQ/FISPP**, quando a operação envolver produtos saneantes ou químicos controlados;
- VI. Declaração formal de **inexistência de passivos ambientais e de condenações administrativas ou judiciais** relacionadas à atividade de saneamento portátil.

8.2.4.4 Apresentar Declaração que atende as exigências de conservação dos itens contratados, através de fotos comprovando o estado de conservação.



9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado foi previsto no ETP, perfazendo R\$ 809.662,75 (oitocentos e nove mil seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As receitas para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estarão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato.

Tarumã, 28 de julho de 2025.

José Ricardo Ambonati
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação
Prefeitura Municipal de Tarumã

